

ENTREVISTA COM RUI MOREIRA (DIRETOR DA DACEN – DIRETORIA DE ARTES CÊNICAS - MINISTÉRIO DA CULTURA) ¹

(LM) Primeiramente, gostaríamos de agradecer a sua disponibilidade para este diálogo. Desde o início dos anos 2000, nós estivemos envolvidos nos movimentos de organização social da dança, em distintas esferas. Nesses últimos 20 anos, são perceptíveis avanços, permanências e retrocessos nas políticas para as artes. Muitas das conquistas ocorreram por uma forte mobilização dos movimentos organizados das artes e da dança, por exemplo, a lei emergencial Aldir Blanc, que foi tema da mesa do “1º Webinário Políticas para a Dança e os impactos da pandemia”, no qual contamos com a sua participação como mobilizador da área da dança. Entretanto, nesses últimos 20 anos, a mobilização social também sofreu com momentos de desarticulação, como as próprias instituições e as políticas culturais. A partir dessas experiências, como você percebe o papel das organizações sociais da dança para a construção de políticas mais efetivas para a área?

(RM) Caros amigos, Lúcia Matos e Matias Santiago, inicio nosso diálogo escrito agradecendo suas perguntas e apontando que nem tudo o que será escrito por mim se constituirá como uma resposta aos vossos questionamentos, mas, sim, uma reflexão compartilhada que resulta da caminhada por mim feita, como artista de dança, trabalhador das artes, de origem sudestina, gestor da própria carreira, que busca todo o tempo, como aprendizado, a construção de sentidos humanitários para produção criativa da própria arte.

Como já frisado no enunciado da questão, são perceptíveis avanços nesses últimos 20 anos, permanências e retrocessos nas políticas para as artes e as organizações sociais da dança vêm desempenhando um papel fundamental na construção de políticas mais efetivas para a área. Por meio de sua atuação, elas têm a capacidade de mobilizar artistas, profissionais e comunidades ligadas à dança, reunindo vozes e forças para reivindicar direitos e demandas específicas. Essas organizações têm a capacidade de articular agendas, promover debates, propor soluções e dialogar diretamente com os tomadores de decisão e formuladores de políticas. Elas são uma representação legítima das demandas da comunidade da dança e podem atuar como um canal de comunicação entre os profissionais e os responsáveis por definir as políticas públicas.

Matias Santiago Oliveira Luz Júnior

Doutor em Dança (PPGDança - Universidade Federal da Bahia). Membro do Grupo de Pesquisa PROCEDA (CNPq). Professor da licenciatura em Dança na modalidade à distância da UFBA. Diretor Artístico do Balé Jovem de Salvador. E-mail: matias.santiago@ufba.br.


Lúcia Helena Alfredi de Matos

Pós-doutora em Estudos em Dança (FMH - Universidade de Lisboa). Doutora em Artes Cênicas, Mestre em Educação e Licenciada em Dança (UFBA). Líder do Grupo de Pesquisa PROCEDA (CNPq). Pesquisadora e professora permanente do PPGDança e da licenciatura em Dança. E-mail: luciamatos@ufba.br.

Rui Moreira dos Santos (Rui Moreira)

Trabalhador das artes e profissional da dança. Cidadão antirracista, ativista pelo pensamento de amplitude do direito de fruição das artes em todos os campos da sociedade. É professor de Dança licenciado pela UFRGS e Doutor em Artes com titulação por Notório Saber pela UFMG. Atualmente está Diretor da Diretoria de Artes Cênicas da FUNARTE. E-mail: ciaruimoreira@gmail.com.

¹ Para esta entrevista adotamos o uso abreviado das iniciais dos nomes artísticos/sociais da entrevistadora (Lúcia Matos - LM), do entrevistador (Matias Santiago - MS) e do entrevistado (Rui Moreira - RM) para situar o leitor quanto a autoria das partes do texto, e não as iniciais dos nomes completos.



Além disso, o setor organizado concentra o poder de fortalecer a capacidade de influência dos seus profissionais na formulação e implementação de políticas, fortalecendo a representatividade e o acesso à participação em espaços de decisão. Portanto, a atuação das organizações sociais da dança é fundamental para garantir a construção de políticas mais efetivas para a área. Ao agregar vozes, promover o diálogo, fortalecer a representatividade, ampliar a participação e fomentar a formação, essas organizações contribuem para o desenvolvimento e valorização da dança em todas as suas dimensões.

Nos momentos de fluxos progressistas, e igualmente nos momentos de maior conservadorismo no Brasil, vimos alterações dos movimentos mais radicais no campo da política ser provocados pelos movimentos sociais e conseqüentemente serem operadas mudanças de interpretação conceituais que alteraram a significação da palavra Cultura em âmbito nacional.

O acento do exercício democrático reforçou a centralidade da importância da constituição de 1988 e, a partir destas perspectivas, a participação da sociedade civil ancorada nos seus representantes parlamentares, estabeleceu expansões da discussão sobre metodologias de gestão que deram uma sensação de avanço para todo o setor cultural, porém com ecos menores para as artes vistas como linguagem expressivas.

Diante disso, com forte iniciativa de Juca Ferreira em seu segundo mandato frente ao Ministério da Cultura (2014 a 2016), é fortalecida toda uma reflexão para fomento de políticas públicas e marcos legais próprios para as artes. Infelizmente, esse movimento foi interrompido por desmontes políticos gravíssimos.

(MS) Nesse momento, você se desloca do papel de mobilizador para gestor, sendo a primeira pessoa da dança a ocupar o papel de diretor da DACEN. Quais ações para a DACEN estão sendo priorizadas? E quais serão os espaços para a promoção do diálogo junto a classe artística, principalmente no que se refere à diversidade da dança brasileira?

(RM) A reorientação da Diretoria de Artes Cênicas (DACEN) é um dos alvos da reestruturação institucional pretendida e construída por esta gestão da Fundação Nacional das Artes. O convite para minha participação em tal processo tem como uma das justificativas a constituição de uma diretoria setorial para cada uma das linguagens que são abrangidas nessa diretoria. No meu caso, me ocupo da construção de uma diretoria de Dança. Porém, o fato de ter um especialista em dança já nesse formato atual, explicita a representatividade do setor dança nos fóruns cotidianos que se dão na instância de um colegiado que discute

a paridade na construção de políticas para territórios distintos. De maneira técnica, cada coordenação e cada diretoria apontam demandas específicas. Pelo prisma da legalidade, os textos dos mecanismos ou editais são muito próximos nas regras gerais.

Nesse início de gestão, temos algumas diretrizes que consideramos prioritárias para a dança. Uma delas é a busca por uma maior democratização do acesso aos recursos públicos. Queremos promover uma maior equidade nas oportunidades e nos mecanismos de fomento, combatendo desigualdades e exclusões históricas. Também estamos trabalhando na construção de uma Política Nacional da Dança, que traga diretrizes claras e políticas efetivas para a área.

(LM) Historicamente, no Brasil, desde a criação da FUNARTE em 1975, esse órgão tem uma centralidade para a estruturação das políticas para as artes. Entretanto, apesar das importantes mudanças ocorridas nas duas primeiras gestões de Lula no campo cultural, ainda permanecem, de forma predominante, os editais como forma de acesso aos recursos públicos, atendendo à lógica da licitação pública, prevista na lei 8666/1996. Entretanto, ao longo dos anos, houve uma opção por editais de curto prazo e anuais, sem ações estruturantes de longo prazo. Essa visão pode ser concretamente analisada no documento editado pela própria Funarte, intitulado “Editais de Fomento 2006-2015” (2015)², o qual foi alvo de minha análise, em relação ao Edital Klauss Vianna, em um artigo publicado em 2017³. Assim, nesse momento de reestruturação das políticas culturais no país e da necessidade de políticas de fomento para as artes, como você encara os desafios postos para a construção de outras tipologias de editais e/ou outros modos de fomento?

(RM) Os desafios postos para a construção de outras tipologias de editais e/ou outros modos de fomento são diversos. Primeiramente, é necessário superar a lógica dos editais de curto prazo e anuais, que não permitem uma visão de longo prazo e não garantem a continuidade das ações desenvolvidas. É importante pensar em editais que possam contemplar projetos de médio e longo prazo, possibilitando a execução de projetos mais complexos e de maior impacto.

Além disso, é preciso refletir sobre a forma como os editais são estruturados. Muitas vezes, eles privilegiam projetos pontuais e individualizados, deixando de lado a valorização de processos contínuos e coletivos. É necessário buscar formatos mais flexíveis, que contemplem diferentes modos de produção e que incentivem a colaboração e a troca de experiências entre artistas e agentes culturais.

2 FUNARTE. **Editais de fomento 2006-2015**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2016.

3 MATOS, Lúcia. (Des)conjunturas das Políticas Setoriais para a Dança: uma análise do papel da FUNARTE e do Edital Klauss Vianna. **Políticas Culturais em Revista**, v. 10, p. 95-118, 2018.

Outro desafio é ampliar o acesso aos recursos públicos. Muitas vezes, os editais exigem uma série de documentos e comprovações que dificultam a participação de grupos e artistas em situações de vulnerabilidade social, impedindo protagonismo inovadores e potentes. É necessário pensar em novos mecanismos de inclusão e de democratização dos recursos, garantindo que todas as vozes tenham a oportunidade de serem ouvidas e apoiadas.

Por fim, é importante pensar em outras formas de fomento além dos editais. Apesar de serem importantes instrumentos de financiamento, eles não são a única maneira de apoiar as artes. É necessário buscar alternativas como programas de residência artística, parcerias com empresas e fundações, incentivos fiscais, entre outros. Dessa forma, é possível diversificar as fontes de recursos e garantir a sustentabilidade das ações culturais no longo prazo.

Em suma, os desafios para a construção de outras tipologias de editais e/ou outros modos de fomento são grandes, mas também representam oportunidades para repensar e aprimorar as políticas culturais no país. É necessário buscar formatos mais duradouros, inclusivos e flexíveis, que valorizem tanto os projetos pontuais quanto os processos contínuos e coletivos e que garantam o acesso igualitário aos recursos públicos.

(MS) Na primeira tentativa de criação da Política Nacional da Artes, entre 2015-2016, você foi o articulador do setor da Dança nos encontros realizados pelo Minc. Quais aspectos desse processo você considera relevantes na retomada da PNA, nesse momento?

(RM) Na minha opinião, alguns aspectos relevantes do processo de criação da Política Nacional da Artes (PNA) são:

1. Participação ampla e democrática: É importante garantir que a retomada da PNA envolva a participação de diferentes segmentos da sociedade, incluindo artistas, gestores culturais, acadêmicos e representantes da sociedade civil. A criação de espaços de diálogo e consulta pública é fundamental para que todas as vozes sejam ouvidas e para que a política seja realmente representativa e inclusiva;
2. Reconhecimento da diversidade: A PNA deve abranger a multiplicidade de expressões artísticas presentes no país, garantindo a valorização e o apoio tanto para as formas de arte mais tradicionais quanto para aquelas que são mais marginalizadas ou emergentes. É importante reconhecer e valorizar as diferentes identidades culturais presentes no país e garantir uma política que seja inclusiva e igualitária;
3. Fomento à formação e capacitação: A PNA deve investir em programas e projetos que promovam a formação e a capacitação de

artistas e gestores culturais. Isso inclui a oferta de instrumentos ou plataformas de formação continuadas, como cursos, oficinas, residências artísticas e outros tipos de atividades que possam contribuir para o aprimoramento técnico e profissional dos indivíduos que atuam no campo das artes;

4. Valorização do papel social da arte: A PNA deve reconhecer e fortalecer o papel que a arte desempenha na sociedade, tanto como forma de expressão e reflexão, quanto como agente de transformação e inclusão social. É importante criar mecanismos de incentivo para que os artistas ampliem seu contato com diferentes públicos e para que a arte seja mais acessível e relevante para a população;
5. Investimento sustentável: A PNA deve buscar garantir um investimento sustentável no setor das artes, criando mecanismos eficientes de financiamento e buscando parcerias com outros setores e esferas de governo. É fundamental que a política seja pautada pela continuidade e estabilidade dos recursos, evitando a precarização e a interrupção das atividades artísticas;
6. Avaliação e monitoramento: A retomada da PNA deve prever também mecanismos de avaliação e monitoramento dos resultados da política, de forma a identificar os impactos e aprimorar constantemente as ações implementadas. É importante que haja transparência nesse processo e que os resultados sejam utilizados para orientar as futuras ações e investimentos no setor das artes.

Esses são alguns aspectos que considero relevantes na retomada da PNA neste momento. É importante que a política seja construída de forma colaborativa e participativa, buscando contemplar as demandas e necessidades do setor da dança com transversalidade de todos os segmentos artísticos.

(LM) Um dos grandes problemas da área artística refere-se às condições laborais, cujas intermitências de trabalho e a informalidade nas relações trabalhistas têm resultado na precarização do trabalho e na ausência de direitos sociais. Os dados do Mapeamento da Dança (2016)⁴, financiados pela FUNARTE e Ministério da Cultura, por meio de um Termo de Cooperação Técnica, desvelaram que: dentre os 2.651 respondentes individuais, 49,1% atuam na dança há mais de dez anos; considerando-se diferentes vínculos profissionais na dança, a grande maioria desses declarantes trabalha sem contratos formais ou é prestador(a) de serviços e apenas 49,9% declararam ter a dança como principal fonte de renda, sendo que a faixa de renda familiar da maioria dos respondentes está entre 1 a dois salários mínimos (54,6%).

4 MATOS, L.; NUSSBAUMER, G. (coord.). **Mapeamento da dança**: diagnóstico da dança em oito capitais de cinco regiões do Brasil. Salvador: UFBA, 2016.

Diante desse cenário, há intenção da FUNARTE, com apoio do MINC, para enfrentar a seara dos problemas laborais do artista da dança?

(RM) Não me é possível fornecer uma resposta assertiva sobre a intenção da FUNARTE e do Ministério da Cultura em enfrentar os problemas trabalhistas dos artistas da dança. No entanto, a existência do mapeamento da Dança e o financiamento para realização dessa pesquisa sugerem que essas instituições estão preocupadas em coletar dados e informações sobre a área artística, incluindo questões trabalhistas, o que pode ser um indicativo de que estão cientes dos problemas enfrentados pelos artistas e interessados em buscar soluções. É importante ressaltar que a FUNARTE e o Ministério da Cultura têm como objetivo promover e fomentar a cultura no Brasil, incluindo a valorização e o fortalecimento das condições laborais dos artistas. No entanto, é necessária uma ação concreta para resolver esses problemas e garantir melhores condições de trabalho e direitos sociais para os artistas da dança.

(MS) Nos últimos anos, alguns projetos de lei, voltados para a regulação do trabalho do artista da dança, surgiram, como é o caso do PL nº 190 de 2015, que procura estabelecer aposentadoria especial para profissionais da dança e o projeto de lei do Senado nº 644, de 2016, que dispõe sobre o ofício do profissional de dança, ambos em tramitação no Congresso Nacional. Qual o posicionamento da DACEN em relação a este pleito do setor?

(RM) A DACEN/FUNARTE apoia e defende os projetos de lei voltados para a regulação do trabalho do artista da dança. A organização acredita que o reconhecimento e a valorização dos profissionais da dança são fundamentais para o desenvolvimento e o fortalecimento dessa arte no Brasil. O PL nº 190 de 2015, que busca estabelecer aposentadoria especial para profissionais da dança, é considerado importante pela DACEN/FUNARTE, pois reconhece as particularidades e os desafios enfrentados pelos dançarinos ao longo de suas carreiras. A proposta busca garantir uma transição mais segura para a aposentadoria desses profissionais, considerando as peculiaridades da atividade artística. O projeto de lei do Senado nº 644, de 2016, que dispõe sobre o ofício do profissional de dança, também é apoiado pela DACEN/FUNARTE. Esse projeto busca regulamentar a profissão de dançarino, estabelecendo direitos e deveres dos profissionais, além de garantir condições de trabalho adequadas e reconhecimento justo. A DACEN/FUNARTE entende que a regulação do trabalho do artista da dança contribui não apenas para a valorização da categoria, mas


também para a promoção de um ambiente mais justo e profissional no setor. O reconhecimento dos dançarinos como trabalhadores e a garantia de direitos específicos para essa profissão são essenciais para estimular o crescimento e o desenvolvimento da dança no país.

(LM) Nos últimos quatro anos, com o governo de extrema-direita, vivenciamos uma fissura em nossa sociedade, com o crescimento, por exemplo, de movimentos racistas, homofóbicos e misóginos. Além disso, no campo cultural, vivenciamos o apagamento das políticas culturais, a perseguição aos artistas e várias tentativas de ações de censura. Sabemos que a eleição de um governo de esquerda retoma a centralidade da cultura e do papel do artista na sociedade. Entretanto, rastros desses nefastos últimos quatro anos ainda permanecem impregnados em nossa sociedade e precisamos ampliar os espaços de diálogo e de mediação cultural com a sociedade. Há, por parte do governo federal, propostas de ações transversais entre a cultura e a educação, por exemplo, que prevejam metas para discussões mais amplas sobre respeito à diversidade e a importância da cultura e das artes em nossa sociedade?

(RM) Eu não tenho conhecimento profundo das propostas interministeriais que ocorrem entre MinC e MEC, pois elas se dão em um grau de posicionamento superior ao que ocupo na gestão. Participo de discussões sobre formação artística feitas entre a Funarte e alguns entes federativos de educação sob o vislumbre de apoio à processos originários no âmbito universitário. No entanto, posso dizer que a promoção do diálogo e da mediação cultural é fundamental para combater as fissuras sociais e fortalecer a valorização da diversidade e das artes em nossa sociedade. O engajamento do governo em ações transversais que promovam esse diálogo e a inclusão de metas relacionadas ao respeito à diversidade e à importância da cultura e das artes será positivo para o desenvolvimento cultural do país.

(MS) A retomada do Ministério da Cultura e de seus órgãos vinculados, aponta para uma reconstrução e consolidação de políticas públicas para o campo da cultura. Neste contexto, como se encontra o Sistema Nacional de Cultura e a estruturação dos Fundos Setoriais?

(RM) Com a retomada do Ministério da Cultura e de seus órgãos vinculados, espera-se uma reconstrução e consolidação das políticas públicas para o campo da cultura. O Sistema Nacional de Cultura (SNC), criado em 2003, é uma das principais estratégias para a implementação dessas políticas, buscando articular os entes federados (união, estados e municípios) e a sociedade civil na gestão compartilhada da cultura.



O SNC tem como principal objetivo promover a integração, articulação e cooperação entre os entes federados, visando fortalecer as políticas e ações culturais em âmbito nacional. Para isso, é necessária a implementação e o fortalecimento dos Sistemas Estaduais e Municipais de Cultura, que têm a responsabilidade de articular as políticas culturais em seus territórios.

No que diz respeito aos Fundos Setoriais, estes são instrumentos de financiamento voltados para o fomento de segmentos específicos da cultura, como o Fundo Setorial do Audiovisual, o Fundo Nacional de Cultura, entre outros. Esses fundos são importantes para garantir recursos para o desenvolvimento de projetos culturais, como produções cinematográficas, eventos culturais, ações de preservação do patrimônio, entre outros.


A estruturação dos Fundos Setoriais depende de políticas específicas e do engajamento dos diversos atores envolvidos no campo da cultura. É fundamental que haja transparência na gestão desses recursos, garantindo a participação da sociedade civil na definição das prioridades de financiamento e na fiscalização dos investimentos realizados.

Nesse contexto, a retomada do Ministério da Cultura e a consolidação do Sistema Nacional de Cultura são fundamentais para a reconstrução e a consolidação das políticas públicas para o campo da cultura, promovendo o fortalecimento dos Fundos Setoriais e de suas estruturas.

(MS) Nesse início de gestão, como você avalia o trabalho desenvolvido pela Funarte, quais diretrizes você considera prioritárias na sua gestão e quais ações estão sendo pensadas para a dança?

(RM) Nesse curto prazo de gestão, não tenho dados avaliativos sobre o desempenho e sobre o trabalho desenvolvido pela FUNARTE, pois estamos lidando com uma estruturação interna para poder lidar com as demandas históricas do setor artístico. No entanto, algumas diretrizes prioritárias que podem ser consideradas na gestão da FUNARTE são:

1. Promoção da diversidade e inclusão na dança: priorizar a representação e a participação de grupos marginalizados, como pessoas de diferentes origens étnicas, LGBTQ+, pessoas com deficiência, entre outros, nos programas e projetos da FUNARTE;
2. Estímulo à formação e capacitação: incentivar o desenvolvimento de programas de formação artística em dança, tanto técnicos quanto teóricos, com o objetivo de aprimorar o conhecimento e as habilidades dos artistas e profissionais envolvidos nessa área;

- 
3. Fomento à criação e circulação de espetáculos: apoiar financeiramente a produção e a difusão de espetáculos de dança, através de editais, prêmios e financiamentos, visando fortalecer a cena da dança e facilitar o acesso do público a diferentes manifestações artísticas;
 4. Parcerias nacionais e internacionais: estabelecer parcerias com instituições, festivais e artistas brasileiros e estrangeiros, visando a troca de experiências, a colaboração artística e a ampliação das oportunidades para os dançarinos e coreógrafos brasileiros;
 5. Descentralização da oferta cultural: considerar a diversidade regional do país, buscando descentralizar as ações da FUNARTE, levando projetos, espetáculos e formações para além dos grandes centros urbanos, promovendo assim o acesso à dança em todas as regiões do Brasil.

É importante ressaltar que as ações específicas planejadas para a dança podem variar de acordo com as demandas identificadas pela nova gestão da Funarte e pelas discussões e articulações com a comunidade artística.

(LM) Mais uma vez Rui, agradecemos pela sua generosidade na concessão dessa entrevista.

(MS) Grato.